

Aposentados pedem o fim do fator previdenciário

Em audiência na CDH, Paim lembrou que proposta deve ser votada nesta semana pela Câmara. **6**



Lourenço Prado (E), Warley Gonçalves, Paulo Paim, Aline Ribeiro e Alcides dos Santos debatem na Comissão de Direitos Humanos situação de aposentadorias e pensões

Marcia Kolome/Agência Senado

JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XVIII — Nº 3.779 — Brasília, terça-feira, 20 de novembro de 2012



Jonas Pereira/Agência Senado

Sarney recebe na Presidência da Casa os 27 jovens senadores, finalistas da 5ª edição do Concurso de Redação do Senado

Jovens senadores iniciam mandato de 3 dias

A edição deste ano do Projeto Jovem Senador começou ontem com a posse de 27 estudantes do ensino médio, um de cada

estado e um do DF, vencedores do concurso de redação, que até o dia 22 poderão participar de atividades e apresentar projetos. **2**

Procuradores pedem apoio a campanha antiviolência **8**

Projeto que define crimes de terrorismo na pauta da CCJ **8**

Marcos Oliveira/Agência Senado

especial Cidadania

Estatuto da Igualdade Racial ainda precisa de regulamentação

Representantes do movimento negro avaliam que o estatuto foi uma vitória, mas que ainda é preciso avançar com a regulamentação de vários pontos do texto,

que completou dois anos. Para Paulo Paim, o principal papel do documento é estimular as políticas afirmativas. Ele lembra que a Lei de Cotas é resultado disso. **4 e 5**

Valor máximo para imóvel financiado pode ser extinto **7**

Relatório do Orçamento deve ser votado hoje

Previsão do relator-geral, Romero Jucá, é de que o texto preliminar seja examinado hoje e o projeto da Lei Orçamentária para 2013, até 22 de dezembro

Concluída a votação do relatório preliminar, abre-se o prazo de dez dias para apresentação de emendas pelos senadores e deputados, limitadas ao total de R\$ 15 milhões por parlamentar. Jucá disse que José Pimentel, líder do governo no Congresso, está conduzindo negociações

com parlamentares da oposição para reiniciar as deliberações da Comissão Mista de Orçamento. Neste ano, em conjunto com o Orçamento, serão analisadas as propostas de aumentos de salários para servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União. **3**

Plenário presta homenagem ao ex-senador Augusto Franco **3**

Ato cívico no Congresso lembra o Dia da Bandeira

Solenidade ao ar livre acompanhada por alunos da rede pública do Distrito Federal contou com execução dos Hinos Nacional e da Bandeira, hasteamento e exibição de paraquedismo. **2**

Anibal Diniz (C) participa da cerimônia de hasteamento da Bandeira Nacional em frente ao prédio do Congresso





Doris Peixoto (E), Jorge Viana (3º à esq.), Anibal Diniz (6º à esq.) e Claudia Lyra (7ª à esq.) participam da premiação

Vencedores de concurso de redação iniciam “mandato”

Projeto Jovem Senador começou ontem com a posse de 27 estudantes do ensino médio — um de cada estado brasileiro — que poderão apresentar projetos de lei com possibilidade de tramitação real na Casa

OS 27 FINALISTAS do 5º Concurso de Redação do Senado foram premiados ontem com notebooks, medalhas, certificados e publicação de seus textos em um livreto que será produzido pela Casa. Estudantes do ensino médio em escolas públicas, eles representam todos os estados brasileiros e o Distrito Federal. Ontem, iniciaram também o Projeto Jovem Senador, quando apresentam projetos de lei que podem tramitar na Casa, se forem escolhidos por algum senador.

O primeiro lugar ficou com o texto *Brasil, uma mãe gentil para os filhos de seus municípios*, da estudante alagoana Layane Rayelly Silva Marinho. — Eu não esperava ganhar. Perguntei umas três vezes se era verdade. Fico feliz e

orgulhosa — disse Layane.

A representante de Minas Gerais, Bruna Clemente Gontijo, ficou em segundo lugar com o título *Minha cidade, berço de um patrimônio imaterial*, e Rodrigo de Brito Sá, do Piauí, obteve a terceira colocação com *Meu município: uma peça no quebra-cabeça brasileiro*.

As escolas dos três primeiros colocados receberam computadores para uso coletivo. A escola da primeira colocada recebeu quatro equipamentos; a da segunda, dois; e a do terceiro, um computador.

Atividade legislativa

O concurso de redação funcionou como processo seletivo para o Projeto Jovem Senador, que acontece até o dia 22.

Além de apresentar projetos de lei, os estudantes simularão

o exercício de mandato de senador e participarão das atividades das comissões.

Para a diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, a instituição cresce com esse tipo de iniciativa e proporciona aos adolescentes a possibilidade de exercerem política dentro do Congresso.

— Esse processo é de suma importância. É o Senado inteiro se mobilizando para reconhecer talentos, para fazer com que os adolescentes do ensino médio pensem de forma coletiva na cidadania — afirmou Doris.

“Buscar voz para ter vez: cidadania, democracia e participação” será o tema da próxima edição do concurso de redação, anunciou o primeiro-vice-presidente do Senado, Anibal Diniz (PT-AC).

Aluno gaúcho é eleito presidente do Senado Jovem

O jovem senador André Giovane de Castro (RS) foi eleito presidente do Senado Jovem 2012. A vice-presidência ficou com Danilo do Amor Divino dos Santos (BA). A primeira e a segunda-secretaria, com Ana Cristina Pinho do Nascimento (AC) e Nathaly Andrade Moço (PR), respectivamente.

Para André, a resolução dos problemas da sociedade passa pelo debate democrático. Ele ressaltou que a sociedade sofre transformações e, portanto, são necessárias modificações na legislação para acompanhar tais mudanças.

Entre os temas que os jovens senadores discutirão, explicou, estão a proteção de idosos, a inclusão da língua de sinais na grade curricular, a qualificação de pequenos agricultores, a acessibilidade de alunos com deficiência e a valorização do professor.

Para Davim, estudantes terão experiência transformadora

A cerimônia de posse dos jovens senadores foi aberta com a execução do Hino Nacional, interpretado pelo deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ). O mandato é de três dias, quando discutem assuntos relevantes e apresentam propostas que poderão tramitar no Congresso.

O presidente do Programa Jovem Senador em 2012, Paulo Davim (PV-RN), informou que

seis propostas da edição de 2011 já foram aprovadas pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) e passaram a tramitar no Senado. A maioria aborda temas relacionados à educação.

— Trata-se de uma experiência transformadora. Os jovens terão noção da responsabilidade e da seriedade envolvida na tarefa de representar a população — disse Davim.

Viana afirma que programa aproxima o Senado da sociedade

Jorge Viana (PT-AC) disse que o Programa Senado Jovem Brasileiro é importante porque aproxima o Senado da sociedade por meio do concurso de redação e do Projeto Jovem Senador.

— O Senado é a instituição mais antiga do país, anterior à República, e vive, de certa forma, um distanciamento.

Viana citou sua presença,

ontem, na premiação dos finalistas do concurso.

— O melhor é a mobilização da juventude para discutir o Senado, o país, a cidadania. No Acre, eu me empenhei nesse projeto, visitei várias escolas, fiz palestras em muitas delas.

Ele relatou que, além da posse dos jovens senadores, foram eleitos os integrantes da Mesa do Senado pelo programa.

Congresso homenageia Dia da Bandeira com ato cívico e show de paraquedismo

Em comemoração ao Dia da Bandeira, Senado e Câmara fizeram ontem um ato cívico em frente ao Congresso. Ao som do Hino Nacional e do Hino da Bandeira, executados pela Banda do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas (Dragões da Independência), com acompanhamento do Coral dos Alunos do Colégio Militar de Brasília e do Coral do Senado, o primeiro-vice-presidente da Casa, Anibal Diniz (PT-AC), fez o hasteamento. De acordo com ele, a solenidade estimula o sentimento cívico.

— Este é um evento significativo porque a bandeira é o símbolo mais importante do país — disse o senador.

A festa terminou com uma exibição de paraquedistas da Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército, que desceram no gramado em frente ao Congresso.

Também acompanharam a solenidade a primeira-vice-presidente da Câmara, Rose de Freitas (PMDB-ES), o presidente do Sistema Fecomércio do Distrito Federal, ex-senador Adelmir Santana, e representantes das Forças Armadas.



Estudantes comparecem à cerimônia em comemoração ao Dia da Bandeira

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Regime especial de precatórios

14h Votação em 2º turno da PEC dos Precatórios, que amplia prazo de adesão a regime especial de pagamento até 31 de dezembro. Pauta inclui projeto que cria TRF em Curitiba.

PRESIDÊNCIA: Lideranças evangélicas

14h30 José Sarney recebe o deputado federal João Campos e lideranças evangélicas; às 15h, participa de reunião da executiva nacional do PMDB; e, às 16h, preside a ordem do dia.

CDH: Violência contra a juventude negra

9h Audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa debate a violência contra a juventude negra. Entre os participantes, a ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário.

CAE: Financiamento para a casa própria

10h A Comissão de Assuntos Econômicos analisa o fim do teto de financiamento da casa própria (R\$ 500 mil). Examina ainda projeto que aumenta de 15% para 18% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos bancos e das empresas de seguro e capitalização.

CE: Língua estrangeira na educação básica

11h Projeto que estabelece fluência oral em língua estrangeira na educação básica está na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. A matéria tramita em caráter terminativo.

CMA: Selo verde para produtos da Zona Franca

11h30 Na pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, projeto que altera a lei sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, criando o selo verde Preservação da Amazônia para os produtos oriundos da Zona Franca de Manaus.

CAE/CI: Sistema elétrico e apagões em debate

14h As Comissões de Assuntos Econômicos e de Infraestrutura debatem as condições do sistema elétrico brasileiro, em razão da ocorrência de apagões em várias partes do país. Foi convidado o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann.

CPI DO TRÁFICO DE PESSOAS: Audiência pública sobre adoções suspeitas

14h30 A Comissão do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas realiza audiência pública para ouvir Carmem Topschall, acusada de intermediar adoções irregulares na Bahia.

LIVRO: Papel do Parlamento na Abolição

18h30 Lançamento do livro *A Abolição no Parlamento: 65 anos de lutas (1823—1888)*. O evento ocorre na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). As reuniões das comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Relator-geral prevê para hoje apreciação do relatório preliminar e diz que votação da Lei Orçamentária de 2013 no Congresso será concluída até 22 de dezembro

Jucá: texto do Orçamento deve ser votado hoje

O RELATOR-GERAL DO Orçamento, senador Romero Jucá (PMDB-RR), prevê para hoje a votação do relatório preliminar do Orçamento 2013. Concluída essa etapa, abre-se o prazo de dez dias para apresentação de emendas parlamentares. Apesar do atraso na conclusão da fase, que no calendário original estava marcada para 24 de outubro, Jucá manifestou confiança na votação do projeto da lei orçamentária até 22 de dezembro.

O relator disse que o líder do governo no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE), está conduzindo as negociações com parlamentares da oposição para reiniciar as deliberações da Comissão

Mista de Orçamento (CMO).

Jucá lembrou que apresentou seu relatório preliminar em 31 de outubro, mesmo dia em que a CMO aprovou uma reestimativa de receita de R\$ 22 bilhões. Ele prometeu agir com a mesma rapidez em todas as etapas da votação do projeto (PLN 24/12), para viabilizar a aprovação até o fim do ano.

Este ano há uma dificuldade adicional no exame do Orçamento: os aumentos de salários para o Poder Judiciário e o Ministério Público da União (MPU). As propostas oficiais do Judiciário e do MPU ao Orçamento de 2013, que preveem aumentos de 7,12% e de 29,53% nos salários de seus servidores, respectivamente,



Romero Jucá diz que votação do Orçamento 2013 ocorrerá até 22 de dezembro

serão analisadas em conjunto com o projeto do governo.

A decisão de anexar as propostas ao projeto enviado pelo Executivo atende liminares dos ministros Luiz Fux e Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Jucá lembrou que, votado o

relatório, os relatores setoriais terão condições — até a sexta da semana que vem — de emitir pareceres que serão votados e remetidos ao relator-geral.

Etapas

A partir da aprovação do relatório preliminar, abre-se o ciclo

de apresentação de emendas por senadores e deputados, limitadas ao total de R\$ 15 milhões por parlamentar.

O passo seguinte é a análise das dez áreas temáticas do Orçamento pelos relatores setoriais. Cada um deles avalia o projeto encaminhado pelo Executivo, analisa as emendas apresentadas e elabora o respectivo relatório setorial, com as conclusões e pareceres.

Com a aprovação dos relatórios setoriais, o relator-geral consolida-os em documento único, chamado relatório geral, que será submetido à CMO e, posteriormente, ao Plenário do Congresso. A etapa final é a sanção presidencial.

Requião pede revolução no país para enfrentar crise mundial



Roberto Requião (PMDB-PR) cobrou uma postura mais energética em relação à crise econômica que assola a Europa e deve se refletir na América Latina e no Brasil em breve. Ele desafiou o país a “promover uma revolução”.

— Sem revolução não há salvação. Não estou concitando a pegar em armas, mas a transformar a estrutura da sociedade, a romper com os modelos atuais para dar lugar aos interesses populares nacionais.

Requião avaliou que nos últimos 30 anos a região evoluiu, sob a égide da democracia e sob governos ditos de esquerda e populares, mas não o suficiente para mudar sua estrutura socioeconômica.

— Argumenta-se que diminuimos a desigualdade e a mortalidade materno-infantil, tornamos menor o número de analfabetos, distribuimos certa renda e trouxemos dezenas de milhões de deserdados ao maravilhoso mundo do consumo de três refeições diárias. Muito bom, mas seria se contentar com pouco.

Para Dornelles, acordo com EUA viola sigilo fiscal de brasileiros



A possibilidade de contribuintes brasileiros serem obrigados a prestar às autoridades fiscais dos Estados Unidos informações às quais nem a Receita Federal tem acesso foi criticada por Francisco Dornelles (PP-RJ). A medida consta do acordo de troca de informações fiscais entre o Brasil e os EUA em análise pela Comissão de Relações Exteriores do Senado.

Dornelles explicou que a troca de informações em matéria fiscal entre o Brasil e outros países é prática consolidada, mas esse acordo em especial estaria desconsiderando “garantias e princípios da Constituição e do Código Tributário Nacional”. Ele estabelece que as informações eventualmente requeridas por autoridade fiscal dos EUA sejam prestadas pela Receita Federal do Brasil mesmo que esse órgão não as use para efeitos tributários ou que não estejam vinculadas a condutas ilegais pelas leis brasileiras.

— O desprezo à instituição do sigilo, tanto fiscal como bancário, é patente no texto do acordo.

Lindbergh diz que discurso de Dilma na Espanha foi histórico



Lindbergh Farias (PT-RJ) considerou histórico o discurso da presidente Dilma Rousseff durante a 12ª Cúpula Ibero-Americana, realizada na semana passada em Cádiz, na Espanha.

A presidente Dilma, ressaltou o senador, abordou a crise financeira que vem afetando países europeus. Ele concordou com o argumento da presidente de que apenas a austeridade nos gastos públicos não salvará os países da crise.

— A solução de uma crise deve ser uma solução para o problema das pessoas que vivem e trabalham em uma determinada economia. Não há solução mágica para as finanças de um país que esteja dissociada dos problemas daqueles que são atingidos pelo desemprego. Assim, não se pode conceber a política de austeridade como uma técnica neutra, que não provoca graves efeitos sociais.

Citando o discurso da presidente, Lindbergh sugeriu aos países europeus “crescimento econômico distributivo”, com geração e distribuição de renda.

Congresso presta homenagem póstuma a ex-senador Augusto Franco

O centenário de nascimento do ex-senador Augusto do Prado Franco (1912—2003) foi comemorado ontem em sessão solene do Congresso.

Autores do requerimento de homenagem, o senador Eduardo Amorim (PSC-SE) e o deputado André Moura (PSC-SE) destacaram a importância de Franco para Sergipe.

Nascido em Pinheiros (SE) em 4 de setembro de 1912, Augusto do Prado Franco graduou-se médico em 1937, mas não chegou a exercer a medicina, pois assumiu uma empresa têxtil da família. Criou a TV Atalaia, as rádios Atalaia AM e FM e jornais e emissoras pelo estado, além de empresas de alimentação.

Foi deputado federal, senador e governador de Sergipe. Franco morreu em 15 de

dezembro de 2003, aos 91 anos.

O presidente do Senado, José Sarney, classificou a homenagem como “uma das mais justas já realizadas pelo Congresso”. Segundo Sarney, Franco “foi desses homens extraordinários” e deixou marcas de inteligência e de cultura no Senado.

— Dedicou sua vida à política, à vocação empresarial e ao povo de Sergipe. Foi, durante muitos anos, um dos maiores líderes políticos do país.

Segundo Eduardo Amorim, Franco sempre priorizou a inovação e o planejamento como empresário e, “como político visionário, lembrava a

importância de investimentos em infraestrutura e logística”. Segundo ele, Franco deu início a obras importantes, como o Porto de Sergipe, adutoras de água do Rio São Francisco e exploração de potássio. Ainda de acordo com Amorim, o político “denunciou várias vezes o flagelo da seca” e sempre

pregava que o desenvolvimento econômico tinha de ser acompanhado da inclusão social.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), natural de Sergipe, contou que sua família era vizinha à de Augusto Franco, a quem chamava de “tio”.

— Ele se notabilizou pelo espírito público e pelo exemplo de conduta ética que deu a toda uma geração de sergipanos — disse.

Filho do homenageado, o ex-senador Albano Franco agradeceu por ter tido a possibilidade de ser filho de um homem “austero, justo e solidário” e de conviver com ele. Registrou ainda a publicação do livro *Legado Desenvolvimentista do Governo Augusto Franco*, de Marcos Melo, distribuído durante a sessão.



Rodrigo Rollemberg discursa em homenagem a Augusto Franco

Estatuto da Igualdade Racial ainda em busca de consolidação

Vários pontos da lei, que em outubro completou dois anos de vigência, ainda precisam de regulamentação para ampliar avanços cobrados pelo movimento negro

Pedro Pincer

DOIS ANOS APÓS a entrada em vigor do Estatuto da Igualdade Racial, representantes do movimento negro avaliam que houve avanços. No entanto, cobram mais efetividade na adoção de políticas e ações para combater a discriminação, defender direitos e promover oportunidades iguais.

Depois de tramitar por quase uma década no Congresso, o estatuto, com 65 artigos, entrou em vigor em outubro de 2010, mas ainda tem pontos que precisam de regulamentação. Um levantamento desses itens está sendo concluído pelo governo.

Para uma das coordenadoras da organização não governamental (ONG) Crio-la, Lúcia Xavier, o principal ganho trazido pelo estatuto foi a consolidação de políticas voltadas aos negros e a responsabilização do Estado pelo cumprimento das ações.

— O estatuto retirou do contexto temporário algumas políticas que antes eram realizadas esporadicamente, conforme a vontade dos governos — disse.

Ela acredita que a definição de diretrizes garantiu uma “fonte jurídica segura” para que os governos tomem medidas mais efetivas.

Na saúde, o documento estabelece, entre outras



Universidade de Brasília foi a primeira federal a adotar, em 2003, as cotas para estudantes negros, sistema que virou política oficial do governo, mas ainda é contestado em ação no Supremo

responsabilidades, que é dever do poder público garantir que “o segmento da população negra vinculado aos seguros privados de saúde seja tratado sem discriminação”. Prevê ainda maior participação dos movimentos sociais em defesa da saúde dos negros por meio do controle social do Sistema Único de Saúde (SUS).

Lúcia Xavier defendeu, no entanto, avanços mais concretos no reconhecimento das terras quilombolas e nas políticas para a juventude negra.

Lentidão

O conselheiro estratégico do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas, Ivanir dos Santos, também considera o estatuto um “importante marco legal”, entretanto, lamenta a lentidão com que os efeitos são percebidos.

Ele enfatizou que o maior avanço registrado durante o período de vigência do texto foi justamente um ponto retardado do documento durante a tramitação no Congresso: a Lei de Cotas, regulamentada pelo Decreto 7.824/12, publicado em 11 de outubro no *Diário Oficial da União*.

Para a secretária de Políticas das Comunidades Tradicionais da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Silvany Euclenio, o período de vigência do estatuto é curto para mensurar o impacto gerado por ele. Mesmo assim, ela destacou o impulso às ações afirmativas para reverter as desigualdades.

— Você tem o governo se comprometendo mais com essa pauta — disse.

Autor do estatuto, o senador Paulo Paim (PT-RS) avaliou que o documento

está cumprindo seu principal papel, que é “assegurar o princípio maior das políticas afirmativas”.

Para ele, a Lei de Cotas, que reserva no mínimo metade das vagas em universidades e institutos federais a estudantes que frequentaram todo o ensino médio em escolas públicas, com recorte de renda e de raça, é uma consequência desse movimento.

— Apesar da insuficiência das ações até aqui adotadas, o sentido das iniciativas em curso é colocar em debate o tema da reparação histórica ao povo negro — avalia Douglas Belchior, membro da Coordenação-Geral da União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora (Uneafro Brasil).

O debate público acerca dos efeitos do preconceito e da responsabilidade do Estado sobre a promoção da igualdade ganhou impulso na esteira da Constituição de 1988, seja pela revitalização do movimento negro na discussão da Carta, seja pelo caminho aberto para a criminalização do racismo. Em meados da década de 1990, começam a ser implementadas as primeiras políticas públicas voltadas ao combate à discriminação. E no início dos anos 2000, o governo federal começou a investir em projetos de caráter afirmativo, com destaque para programas dos Ministério das Relações Exteriores, da Saúde e da Educação.

Constituição estimulou ações afirmativas

O principal resultado da adoção de ações afirmativas no Brasil, segundo representantes do movimento negro, foi colocar, definitivamente, a discriminação e o preconceito na agenda pública.

— Apesar da insuficiência das ações até aqui adotadas, o sentido das iniciativas em curso é colocar em debate o tema da reparação histórica ao povo negro — avalia Douglas Belchior, membro da Coordenação-Geral da União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora (Uneafro Brasil).

O debate público acerca dos efeitos do preconceito

e da responsabilidade do Estado sobre a promoção da igualdade ganhou impulso na esteira da Constituição de 1988, seja pela revitalização do movimento negro na discussão da Carta, seja pelo caminho aberto para a criminalização do racismo. Em meados da década de 1990, começam a ser implementadas as primeiras políticas públicas voltadas ao combate à discriminação. E no início dos anos 2000, o governo federal começou a investir em projetos de caráter afirmativo, com destaque para programas dos Ministério das Relações Exteriores, da Saúde e da Educação.

Em 2001, as universidades estaduais do Rio de Janeiro — Uerj e Uenf — criaram cotas para negros e, em 2003, foi a vez da UnB. A medida é ainda hoje alvo de ação no STF, movida pelo DEM, que contesta a constitucionalidade de tais políticas. Além disso, a reserva de 10% de vagas para negros no serviço público é realidade em estados como o Paraná e Mato Grosso do Sul. No Rio de Janeiro, a destinação é de 20% para negros e índios. Já em Vitória, a adoção das cotas nos concursos foi contestada pelo Ministério Público Estadual e suspensa pelo Tribunal de Justiça.

Os principais pontos do texto

Financiamento e gestão da política: • Implementação do Orçamento da União com observância a políticas de ação afirmativa. • Discriminação orçamentária dos programas de ação afirmativa nos órgãos do Executivo federal durante cinco anos. • Instituição do Sistema Nacional de Igualdade Racial. • Monitoramento e avaliação da eficácia social das medidas previstas no estatuto.

Sistema de cotas: • Adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa. • Implementação de medidas visando à promoção da igualdade nas contratações do serviço público e o incentivo à adoção de medidas similares em instituições privadas. • Possibilidade de definição de critérios para ampliação da participação de negros nos cargos em comissão e nas funções de confiança do serviço público federal.

Saúde: • Definição de diretrizes e objetivos da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. • Inclusão do conteúdo da saúde da população negra na formação dos trabalhadores da área.

Dados desagregados: • Melhoria da qualidade no tratamento de dados desagregados por cor, etnia e gênero dos sistemas de informação do SUS.

Meios de comunicação: • Inclusão de cláusulas de participação de artistas negros nos contratos de caráter publicitário na administração pública federal.

Justiça e direitos humanos: • Instituição de ouvidorias permanentes em defesa da igualdade racial no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo.

Quilombolas: • Possibilidade de incentivos específicos para garantia do direito à saúde de moradores das comunidades de remanescentes de quilombos.

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Data nacional lembra morte de Zumbi

Desde a década de 1970, os brasileiros têm comemorado o Dia da Consciência Negra em 20 de novembro. A data foi escolhida por ter sido o dia em que Zumbi dos Palmares, símbolo da resistência negra ao regime escravocrata, foi assassinado. O objetivo é refletir sobre a inserção do negro na sociedade.

Embora ainda não seja oficialmente um feriado nacional, o 20 de novembro tem estimulado centenas de municípios a decretar feriado ou ponto facultativo. Em

2003, a data começou a fazer parte do calendário escolar.

Quem foi Zumbi

Herói da resistência à escravidão, Zumbi nasceu em uma das aldeias do então Quilombo de Palmares, entre Pernambuco e Alagoas, em 20 de novembro de 1655, e foi morto na atual Serra dos Dois Irmãos, em Viçosa (AL), em 20 de novembro de 1695.

Zumbi é símbolo da luta contra a escravidão. Incentivou a fuga de escravos e enfrentou expedições de extermínio até retirar-se para

a guerrilha. Traído, foi morto numa emboscada

O idealizador da data foi o poeta e professor Oliveira Silveira (1941—2009), um dos fundadores do Grupo Palmares, que reunia, em Porto Alegre, pesquisadores da cultura negra.

Em 1971 (ano de fundação do grupo), ele propôs uma data que comemorasse a tomada de consciência da comunidade negra sobre a contribuição dela ao país. O 20 de novembro foi celebrado pela primeira vez naquele mesmo ano de 1971.

Saiba mais

Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil 2009—2010
<http://bit.ly/desigualdadesRaciais>

Estatuto da Igualdade Racial
<http://bit.ly/igualdaderacial>

Pesquisa do DataSenado sobre a violência contra a juventude negra no país
<http://bit.ly/pesquisadatasenado>

Resoluções da última Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2009)
<http://bit.ly/conaipr>

Guia para Jornalistas sobre Gênero, Raça e Etnia
<http://bit.ly/guiajornalistas>

Capítulo sobre igualdade racial do último Boletim de Acompanhamento e Análise do Ipea
<http://bit.ly/igualdadeRacial>

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/jornal

Novas medidas discriminam para integrar

Cotas raciais são uma demanda antiga do movimento negro, mas o debate mais generalizado sobre ações afirmativas se fortaleceu com a participação do Brasil na 3ª Conferência Mundial de Combate ao Racismo, realizada em 2001 na África do Sul. Diversas universidades estaduais e federais passaram a adotar cotas sociais ou raciais. Com a Lei 12.711/12, sancionada dia 29 de agosto, instituições privadas serão estimuladas a adotar medidas semelhantes.

De acordo com o site oficial da Seppir, as ações afirmativas são medidas

discriminatórias positivas, discriminam para integrar. Favorecem alguém que foi historicamente discriminado para que possa competir no mercado de trabalho e exercer direitos plenamente, em igualdade com indivíduos historicamente favorecidos. Essa desigualdade separa espacial, profissional e simbolicamente. Não acontece por falta de mérito, mas é resultado do ponto de partida de cada um.

Ainda de acordo com a secretária, as cotas são um instrumento de ação afirmativa que tenta corrigir a desigualdade de oportunidades, pois,

para o Estado brasileiro, não é possível esperar que todos os problemas da educação básica sejam resolvidos para tornar mais justa a participação da população negra e pobre na universidade pública. Isso seria permitir que toda uma geração seja prejudicada, que seus talentos sejam desperdiçados e que as possibilidades de realização pessoal sejam frustradas por causa de erros do passado que nunca foram revistos pela sociedade, mas, ao contrário, foram reforçados por mais de cem anos de negação do racismo no Brasil.

PERGUNTAS E RESPOSTAS SOBRE AS COTAS RACIAIS NAS UNIVERSIDADES

1. Quais são as instituições que deverão adotar as cotas?

A Lei 12.711/12, chamada Lei de Cotas, define que as universidades federais e as escolas federais de ensino técnico (nível médio) devem reservar 50% das vagas para as cotas. A lei não atinge instituições estaduais e privadas.

2. Quando começa a valer a lei?

A lei deve começar a ser implementada imediatamente. Ou seja, no próximo vestibular as universidades e a rede técnica federal devem aplicar todos os critérios, mas a norma dá um prazo para a implementação integral. As instituições têm o prazo de quatro anos para a implementação integral da lei, e o mínimo de 25% por ano. No vestibular de 2013, as instituições devem ter reservado no mínimo 12,5% do

total de vagas; em 2014, 25%; em 2015, 37,5%, e, em 2016, a metade das vagas (50%), como prevê a lei. Assim, em 2016 todas as instituições terão reservadas 50% das vagas para as cotas.

3. As cotas vão existir para sempre?

Não. O Poder Executivo deve implementar no prazo de dez anos um programa de acompanhamento que vai avaliar a necessidade de continuação da política.

4. Como serão distribuídas as cotas?

Ao todo, 50% de todas as vagas (por curso e turno) das instituições serão reservadas às cotas. → Origem em escola pública: todos esses candidatos devem ser oriundos de escolas públicas (ensino médio integral no caso de instituições de ensino superior, e fundamental para as escolas técnicas de nível médio).

→ Renda: metade desse total de vagas é reservada a alunos com renda familiar

per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo.

→ Critério étnico-racial: as cotas raciais serão diferentes em cada estado, proporcionais à composição étnico-racial verificada pelo IBGE, e devem incidir sobre a totalidade das vagas reservadas às cotas (50%). Essa proporção étnico-racial é dividida entre pretos, pardos e indígenas.

5. Como ficam as instituições que já têm cotas?

As instituições que já têm algum tipo de cota devem adaptar as regras à lei. Quando a reserva de vagas existente (seja para escola pública, de renda ou racial) for menor do que a lei, a instituição precisa elevar o número de vagas até os percentuais legais. Se for maior, fica a critério da instituição diminuir ou não.

6. A seleção será feita por vestibular ou pelo Enem?

A forma de seleção dos alunos cotistas (vestibular, Enem, programa de avaliação

seriada) fica a critério da instituição de ensino.

7. Com as cotas, o nível das universidades vai baixar em consequência de os alunos cotistas serem despreparados?

Nenhuma estudante vai entrar na universidade sem ter os conhecimentos mínimos necessários, segundo os critérios da instituição. Os estudantes serão aprovados pelo processo seletivo. O que interessa para elevar a qualidade da instituição é ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente, que é o que o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) do MEC analisa. Nada indica que a nota dos alunos no vestibular é um critério determinante da qualidade de uma instituição de ensino. Os estudantes cotistas (que têm nota mais baixa no vestibular) têm desempenho acadêmico igual ou superior aos outros em todas as experiências existentes no Brasil.

Senado participa de campanha federal contra racismo

Com a presença da ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros, o presidente do Senado, José Sarney, assinou no início do mês o plano de trabalho do acordo de adesão da Casa à campanha Igualdade Racial é pra valer, promovida pelo governo federal.

Em discurso, Sarney destacou, já como resultado do trabalho conjunto com a Secretaria de Igualdade Racial, os dados da pesquisa do DataSenado sobre a percepção da violência em relação à cor da pele da vítima.

— É verdade que a exclusão dos negros e da comunidade negra coincide em grande parte com a dos pobres. Mas, mesmo que superpostas, elas não podem ser confundidas. Os negros, entre os pobres, são os mais pobres. Entre os que têm dificuldade de



Ministra Luiza Bairros, senador Paulo Paim e deputados Benedita da Silva, Luiz Alberto e Janete Pietá em cerimônia

acesso à educação, os que têm mais dificuldade. Entre os doentes, os mais graves. Entre os que morrem vítima de violência, a ampla maioria — disse.

O presidente do Senado rememorou fatos da militância pela causa dos

negros. Lembrou que, como presidente da República, criou a Fundação Palmares, tombou a Serra da Barriga (área do Quilombo de Palmares) e rompeu relações culturais e esportivas com a África do Sul enquanto lá existisse o apartheid.

Ainda registrou que, desde seu primeiro mandato no Congresso Nacional, apoiou todos os movimentos a favor da igualdade racial. Ressaltou sua participação na aprovação da Lei Afonso Arinos, a primeira a criminalizar a discriminação racial no Brasil.

refletir agora no acolhimento do cogitado projeto de cotas para o serviço público.

O líder do PSDB, senador Alvaro Dias (PR), no entanto, desaprovou totalmente a ideia, a seu ver, uma medida que subestima os negros e que, por isso, seria preconceituosa. Na opinião dele, o debate ainda não estava maduro, o que determinou a supressão das cotas do texto, para viabilizar a aprovação da matéria.

Em agosto, passado pouco mais de dois anos da aprovação do estatuto, o Senado aprovou o projeto. Já tornado lei, reserva pelo menos metade das vagas nas universidades e institutos federais para alunos de escolas públicas, com subcotas por critério de raça e renda. Para Paim, houve uma evolução que deve se

refletir agora no acolhimento do cogitado projeto de cotas para o serviço público.

Aposentados cobram votação de projeto sobre fator previdenciário

Nova versão de texto sobre cálculo de tempo para aposentadoria integral deve ser votada nesta semana pela Câmara. Se aprovada, proposição volta para o Senado ainda este ano, conforme informou ontem em audiência pública Paulo Paim, autor do texto original

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA na Comissão de Direitos Humanos (CDH), ontem, representantes de aposentados e pensionistas cobraram uma solução para a questão do fator previdenciário. O mecanismo reduz o valor do benefício para quem se aposenta antes da idade mínima estipulada em lei (65 anos para homens e 60 anos para mulheres).

Alvo de duras críticas da categoria, o fator previdenciário chegou a ser derrubado pelo Congresso há dois anos, mas a decisão foi vetada pelo governo federal. Uma nova versão do projeto, de Paulo Paim (PT-RS), deve ser votada esta semana pela Câmara.

Paim, que é presidente da CDH, explicou que a fórmula mais próxima de um entendimento na Câmara é a que vem sendo chamada de 85/95. De acordo com a proposta, baseada no substitutivo do então deputado Pepe Vargas, a aposentadoria sem cortes aconteceria quando a soma



Entre representantes de aposentados, de trabalhadores e do governo, Paim (3º à esq.) defende a aprovação da proposta

da idade e dos anos de contribuição atingisse 85, no caso das mulheres, e 95, no caso dos homens.

— Não é o ideal, mas pior que o atual fator previdenciário não existe — disse Paim.

Promessa

O presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Warley Martins Gonçalves, afirmou que o presidente da Câmara, Marco Maia, garantiu que o

projeto seria votado logo após as eleições municipais.

— Se ele não cumprir a palavra, terá enganado os aposentados e pensionistas — disse o sindicalista.

Gonçalves pediu que não apenas aposentados e pensionistas se mobilizem para pressionar pela votação, mas também os trabalhadores da ativa, que, conforme salientou, serão tão prejudicados pelo fator previdenciário no futuro quanto os atuais

aposentados são atualmente.

— O fator previdenciário também é problema do trabalhador de hoje e só vai ter fim se as centrais sindicais se reunirem com a Cobap — reforçou Gonçalves.

Paim observou que, aprovado na Câmara, o projeto voltará ao Senado ainda este ano. Ele confirmou que se esforçará pela aprovação.

— Nem que eu tenha que entrar em greve de fome aqui, vão ter que aprovar — disse.

Crítica à desoneração na indústria: “caridade com o dinheiro alheio”

Os participantes da audiência falaram também do impacto da desoneração da folha de pagamento sobre o orçamento da Previdência Social. Em maio, o governo alterou o sistema de contribuição patronal de alguns setores da indústria afetados pela concorrência externa, como parte do pacote de estímulos do Plano Brasil Maior. A contribuição passou a ser feita com base na receita bruta.

— O governo está fazendo caridade para empresários com um dinheiro que não é dele — disse Agostinho Schiochetti, da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas de Santa Catarina.

Representantes dos aposentados cobraram reposição dos valores que deixaram de ser depositados pelas empresas.

— Passamos de uma fórmula tranquila para uma situação incerta — observou Lourenço Ferreira do Prado, do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

Para Artur Bueno de Camargo, da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins, o grande problema do novo sistema é a fragilidade da fiscalização sobre o lucro.

— O benefício não foi dirigido aos setores que mais geram empregos, mas sim para setores econômicos privilegiados.

O representante do Ministério da Previdência, Cid Pimentel, anunciou que em fevereiro haverá a Conferência Nacional de Previdência Social, para capacitar conselheiros, e que está em estudo a criação da Secretaria Nacional do Idoso.

Paim pede aos deputados que aprovem a proposta esta semana

Em Plenário, cumprindo compromisso assumido durante a audiência com representantes dos aposentados, Paim fez um apelo à Câmara pela aprovação do projeto. Ele explicou que o PL 3.299/08 foi aprovado por unanimidade no Senado. Na Câmara, a proposta recebeu substitutivo do atual ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas.

Para ajudar no apelo pela aprovação, Paim sugeriu aos interessados que se mobilizem, principalmente pela internet, para sensibilizar deputados a votarem a proposta ainda nesta semana. O projeto está na pauta extra da Câmara, mas não tem consenso sobre a data de votação.

— Chego a dizer que, se

existir um país no mundo que adota o fator, a gente tem que mudar o discurso. Não existe! Não tem um país no mundo que adota esse tal de fator que confisca pela metade o salário dos cidadãos mais pobres — afirmou o senador.

Paim falou também sobre a realização de audiência na Assembleia Legislativa de Santa Catarina para tratar da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Autismo. A política é criada pelo PLS 168/11, de iniciativa da CDH, que recebeu emendas na Câmara e, por isso, retornou ao Senado para revisão. Paim afirmou que as emendas aprovadas na Câmara melhoraram a proposta, que agora precisa ser novamente analisada pelos senadores.

Rolleberg propõe novas regras para concursos públicos

Um substitutivo ao projeto de uma lei geral para regulamentar a realização de concursos públicos na administração federal foi apresentado por Rodrigo Rolleberg (PSB-DF). Segundo o senador, os candidatos ficam à mercê de regras “que são muitas vezes autoritárias, injustas, inadequadas e irregulares”.

A proposta (PLS 74/10) foi elaborada a partir de opiniões de candidatos e de representantes de entidades examinadoras.

O texto de Rolleberg determina o prazo mínimo de 90 dias entre a publicação do edital e a prova. Se houver retificação relevante, a contagem do prazo deve ser reiniciada. Qualquer requisito de acesso ao cargo deverá ter a devida previsão legal. As inscrições poderão ser feitas pela internet e, se houver mais de 50 inscritos por região, a prova deverá ser realizada em pelo menos uma capital por região.

Passa a ser obrigatória a convocação de todos os aprovados dentro do número de vagas do edital, e fica proibido o concurso para formação de cadastro de reserva. O projeto ainda estabelece um teto para a taxa de inscrição (3% do valor da remuneração inicial do cargo) e padrões para os conteúdos das provas. O substitutivo foi apresentado na Comissão de Constituição e Justiça, onde será analisado em caráter terminativo.



Para Rolleberg, candidatos não devem ficar à mercê dos editais

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz

Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka

Primeiro-secretário: Cícero Lucena

Segundo-secretário: João Ribeiro

Terceiro-secretário: João Vicente Claudino

Quarto-secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Comissão de Assuntos Econômicos deve votar hoje projeto que acaba com limitação de preço de imóveis financiáveis; atualmente só são financiadas casas de até R\$ 500 mil

Projeto elimina teto de financiamento imobiliário

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) deverá examinar hoje um projeto de lei que acaba com o teto de financiamento para casa própria pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH), hoje fixado em R\$ 500 mil (PLS 167/11).

Do senador Lobão Filho (PMDB-MA), a proposta tem relatório favorável de Walter Pinheiro (PT-BA).

O autor do projeto argumentou que algumas cidades, como São Paulo e Brasília, apresentam valores médios superiores ao máximo permitido pelas regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Para ele, o teto do valor de financiamento é uma exigência excessiva, se os pretendidos compradores preencherem requisitos como capacidade de pagamento e não propriedade de outro imóvel.

O relator Walter Pinheiro considerou que os limites de financiamento e de valor do imóvel "já não possuem razão de ser", diante do cumprimento dos demais requisitos.

O PLS 167/11 será votado terminativamente pela CAE e, se aprovado, poderá ir para a Câmara dos Deputados.

Energia

Outro projeto com tramitação terminativa na CAE é o PLS 311/09, de Fernando Collor (PTB-AL), que cria o Regime Especial de Tributação para o Incentivo ao Desenvolvimento e à Produção de Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

Esse regime especial objetiva desonerar pessoas jurídicas que exerçam atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de equipamentos utilizados na geração de energia por fontes alternativas específicas. O estímulo é estendido à produção de veículos tracionados por motor elétrico, híbridos ou não. Essas pessoas jurídicas ficariam isentas de vários tributos.

Também está na pauta da CAE, para votação terminativa, projeto do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que aumenta de 15% para 18% a alíquota da

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos bancos e das empresas de seguro e capitalização (PLS 707/07).

Antes da apresentação do projeto, o governo já havia aumentado a CSLL dos bancos e das empresas de seguros e capitalização de 9% para 15%.

Segundo o relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB), o aumento de três pontos percentuais na alíquota "atende aos anseios da nossa sociedade", por contribuir para a redistribuição dos lucros elevados do setor.

A CAE deverá examinar também, mas de forma não terminativa, um projeto de lei (PLC 18/10) que restringe a aplicação de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO) à região onde foram realizadas as operações. O projeto proíbe aos empreendedores que atuem em mais de uma área de abrangência de cada um dos fundos a aplicação de recursos fora da região onde foi contratado o financiamento.



Maquete de prédio em feirão da casa própria promovido pela Caixa

Volter Companato/ABR

Ana Amélia cobra "debate responsável" na MP da energia elétrica



Waldemir Barreto/Agência Senado

A redução do custo da energia no país precisa ser feita de forma "responsável, eficiente e equilibrada", alertou a senadora Ana Amélia (PP-RS), referindo-se à Medida Provisória (MP) 579/12, que altera o marco regulatório do setor elétrico. A proposta tramita atualmente em comissão mista do Congresso.

Ana Amélia ressaltou que a medida provisória não pode ser aprovada sem uma ampla discussão, por causar impacto nos entes federados, que vivem uma "relação cada vez mais complexa com a União".

De acordo com ela, 431 emendas já foram apresentadas à medida provisória, o que serve de indicador da importância de um amplo debate. A senadora apresentou quatro emendas.

Randolfe pede ação contra fogo em reserva florestal no Amapá



Waldemir Barreto/Agência Senado

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) exigiu providências do governo federal contra o incêndio que há um mês atinge a Reserva Biológica do

Lago Piratuba, próxima a Macapá. Segundo Randolfe, o incêndio já atinge 10 mil hectares, mas o Amapá segue esperando os recursos do Ministério da Integração Nacional para o combate ao fogo.

— Para se ter uma dimensão do que significa esse incêndio, são 6 mil campos de futebol que já foram consumidos pelo fogo. Os danos para a fauna são incontáveis. Podemos estar perdendo muitas espécies com esse incêndio. É inaceitável vermos um incêndio consumir uma das principais unidades ambientais do país no mais importante ecossistema do planeta — afirmou o senador.

Eunício destaca investimento federal contra seca no Nordeste



Waldemir Barreto/Agência Senado

Eunício Oliveira (PMDB-CE) disse ter esperança que o investimento anunciado pela presidente Dilma Rousseff em obras para aumentar a oferta de água no Nordeste e no norte de Minas Gerais saia do papel. De acordo com o senador, o valor inicial destinado pelo governo federal à realização das obras é de R\$ 1,8 bilhão, que pode subir para R\$ 3 bilhões em uma segunda etapa e chegar a R\$ 10 bilhões com a participação da iniciativa privada.

— Espero que sejam obras estruturantes como a longamente esperada transposição das águas do Rio São Francisco e a construção da Ferrovia Transnordestina e não paliativos como os chamados carros-pipa que ainda hoje vemos cortar os sertões nordestinos — disse.

Cristovam: bem-estar é mais importante do que renda e consumo



Waldemir Barreto/Agência Senado

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que o bem-estar e a felicidade são mais importantes que a renda e o consumo.

Em sua opinião, o crescimento econômico de cada país não é mais suficiente para melhorar, por si só, a vida de suas populações.

Cristovam acredita que meio ambiente e segurança, por exemplo, são fatores que devem ser priorizados pelos governos.

Ao comentar o discurso da presidente Dilma Rousseff na 12ª Cúpula Ibero-Americana, na Espanha, Cristovam disse que os países precisam manter o nível do consumo de seus cidadãos dentro dos limites da renda nacional, para que esse consumo seja mantido sem que os cidadãos fiquem superendividados.

Lídice anuncia seminário do PSB



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lídice da Mata (PSB-BA) anunciou a realização, em Brasília, do Seminário Nacional de Prefeitos do PSB.

O evento está agendado para 29 e 30 de novembro e 1º de dezembro e servirá para o partido discutir as experiências administrativas nas prefeituras que comanda e também o resultado do processo eleitoral de outubro, disse a

senadora. Lídice explicou que o PSB elegeu 443 prefeitos por todo o país, tendo sido um dos partidos com maior índice de reeleição nas prefeituras.

— Isso demonstra a boa gestão do PSB no Executivo e sua aprovação pela população. Temos muito o que comemorar — disse.

Na Bahia, a senadora considerou significativa a vitória do partido. De 18 prefeitos eleitos na eleição anterior, o PSB pulou para 28.

Raupp comenta resultados de eleição



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ao reassumir seu mandato, Valdir Raupp (RO) fez ontem um balanço dos resultados obtidos pelo PMDB, partido que preside, nas eleições municipais. O senador se licenciara para auxiliar na campanha. Raupp disse que o partido fez o maior número de prefeitos do país — mais de mil — e elegeu 841 vice-prefeitos, o que garante a presença

da legenda em 30% dos municípios. Também elegeu o maior número de vereadores — 14% das vagas.

Mesmo em licença, Raupp disse ter se empenhado pela inclusão de obras da Ferrovia Transcontinental no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), pela conclusão das pontes de integração Porto Velho—Manaus e pela reconstrução da BR-364. Destacou ainda a sanção de seu projeto sobre a criação de juizados especiais itinerantes.

Promotores pedem a Sarney apoio a campanha de combate à violência

Metade dos assassinatos no Brasil acontece em momentos de raiva e por motivos fúteis, segundo resultados parciais de levantamento

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, recebeu ontem integrantes do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Os promotores pediram a adesão do Congresso à campanha de combate à violência Conte até 10, promovida pela instituição.

Na maior parte dos estados brasileiros, segundo análise preliminar do CNMP, mais de 50% dos assassinatos são cometidos em momentos de raiva e por motivos fúteis. Em alguns estados, esse percentual chega a 80%, explica a conselheira e coordenadora da campanha, Taís Schilling Ferraz. De acordo com ela, a maioria dos homicídios é cometida por pessoas que perdem a cabeça ou têm a violência como algo banal no dia a dia.

— Se a pessoa tivesse tido uma atitude diferente naquele momento, teria evitado uma tragédia, algo que não acaba apenas com a vida de quem foi vítima. Uma mudança de atitude pode fazer a diferença — afirmou a conselheira.

Taís ressaltou ainda que o Brasil é o país que tem o maior número absoluto de homicídios. Ela disse que, se o resultado final do estudo do



José Sarney (D) recebe membros do Conselho Nacional do Ministério Público: apoio à campanha Conte até 10

CNMP concluir que metade dos homicídios no país ocorre por motivos fúteis, estará na mão da sociedade brasileira mudar esse quadro.

— O Estado tem que fazer sua parte, sim, buscando investigar e punir crimes. Mas também existe necessidade de prevenção, de romper a cultura de violência no país.

A maior parte dos conflitos que resultam em assassinatos no Brasil acontece em brigas de bar, em estádios de futebol e no trânsito, além das desavenças no ambiente doméstico,

disse a coordenadora da campanha contra a violência.

— As pessoas se colocam em situação de estresse, perdem a cabeça e até se arrependem no momento seguinte, mas aí não têm mais o que fazer, porque os efeitos são permanentes — afirmou Taís.

Ela informou que o CNMP tem trabalhado contra a impunidade para evitar que, com o excesso de prazo na conclusão do inquérito e da investigação penal, eventualmente seja necessário soltar acusados presos preventivamente.

Lançada dia 8, a campanha Conte até 10 tem participação dos lutadores de artes marciais mistas (MMA) Anderson Silva e Junior Cigano, bem como dos judocas Leandro Guilherme e Sarah Menezes. Para apoiar a campanha do CNMP, esses atletas cederam o uso das imagens deles e gravaram vídeos de divulgação nos quais afirmam que, mesmo sendo muito preparados para enfrentar qualquer briga, “contam até 10, pois a raiva passa, e a vida fica”.

Segurança pública precisa de uma política nacional, afirma Capiberibe



João Capiberibe (PSB-AP) defendeu ontem a criação de uma política nacional de segurança pública.

— A ausência de política nacional faz com que o Estado não tenha controle das fronteiras secas — disse.

O senador, que na década de 1970 foi preso político da ditadura militar em uma penitenciária de Belém, concordou com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, sobre as condições degradantes das prisões brasileiras. Ele lembrou que, para levantar o debate sobre uma política nacional de segurança, apresentou em maio proposta de emenda à Constituição que instituiu o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública (PEC 24/12).

Sarney defende leis rigorosas contra banalização de homicídio

José Sarney (PMDB-AP) afirmou que o Brasil sofre com a banalização do homicídio e defendeu mudanças na lei para que acusados deixem de responder em liberdade. Ele é autor do PLS 38/12, que altera o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei de Execução Penal, a Lei dos Crimes Hediondos e o Código de Trânsito Brasileiro para aumentar o rigor contra o homicídio. O projeto está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

— A vida desapareceu como bem maior do ser humano — lamentou Sarney.

Ao dar exemplo da violência no país, o senador observou que um jornal do Distrito Federal colocou toda a parte policial num caderno chamado “Cotidiano”. Ele disse que o Brasil registrou 1,09 milhão de assassinatos nos últimos 30 anos, mais que todas as guerras no mundo atual.

Cidinho reclama de despejo de trabalhadores de terra em Mato Grosso



Cidinho Santos (PR-MT) criticou a Secretaria-Geral da Presidência, sob comando de Gilberto Carvalho, que tenta tirar os brancos da terra Suiá-Missu, em Mato Grosso.

— Alerto para a iminência de um confronto armado e derramamento de sangue.

Cidinho disse que dois assessores de Carvalho espalham o terror entre os 7 mil trabalhadores que devem sair da terra, segundo entendimento da Justiça, em 6 de dezembro. Paulo Maldos, ex-marido da presidente da Funai, Marta Azevedo, e Nilton Tubino estão, segundo o senador, agindo em nome de Dilma e notificando as pessoas da perda das propriedades de maneira insensível.

Tipificação do crime de terrorismo pode ser votada amanhã

Projeto que define os crimes de terrorismo está na pauta de amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para análise em caráter terminativo.

O projeto (PLS 762/11) de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) apresenta tipos penais para o terrorismo, a incitação e o financiamento a esse crime e a formação de grupo terrorista. O parecer do relator, Aécio Neves (PSDB-MG), é favorável.

Em caráter não terminativo, a CCJ também deverá votar o PLC 63/12, relatado por Vital do Rêgo (PMDB-PB), que altera dispositivos do Código de Processo Penal relacionados ao processo e ao julgamento dos crimes contra propriedade imaterial (violação de direito autoral).

A CCJ deve votar ainda a indicação do procurador de Justiça Sérgio Luiz Kukina para ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Texto do novo Código Penal está aberto a sugestões, diz Taques

Representantes de diversos setores da sociedade têm buscado Pedro Taques (PDT-MT) para oferecer contribuições ao projeto do novo Código Penal. Desde que assumiu a relatoria da matéria (PLS 236/12), em agosto, mais de 50 representantes das mais diversas entidades já passaram pelo gabinete do parlamentar.

Os interessados são associações, sindicatos e conselhos de classe, entre outros segmentos organizados, que querem se manifestar não só sobre questões consideradas polêmicas, a exemplo da ampliação da permissão para o aborto legal e a descriminalização das drogas para uso pessoal, mas sobre todos os pontos do texto.

— O diálogo é intrínseco ao trabalho de construção legislativa. Ao fazer leis, você não pode ser dono da verdade. Como relator, tenho que ouvir a todos. É isso que estou fazendo — disse.

Davim questiona patrocínios para clubes de futebol

A disparidade de recursos investidos nos financiamentos e patrocínios dos times de futebol impede que o esporte sirva, como deveria, à integração nacional, disse Paulo Davim (PV-RN). O senador destacou a desproporcionalidade entre

as diversas séries do Campeonato Brasileiro.

Davim disse que os clubes da Série A — integrada por times de nove estados, principalmente das Regiões Sudeste e Sul — recebem mais de R\$ 1 bilhão de patrocínio, en-

quanto os da Série B recebem pouco mais de 3% desse valor. Ele questionou os critérios da distribuição de recursos.

— Não se pode segregar ou discriminar as regiões mais pobres, sob pena de aumentar o fosso social — disse.

Segundo o senador, a Petrobras e a Eletrobras financiam times com recursos públicos, mas nenhum deles é do Nordeste. Ele pediu transparência.

— Se é dinheiro de empresas públicas, que seja distribuído de forma mais justa — pediu.



Davim pede distribuição mais justa